

Paper do NAEA

Volume 1, Número 3, Edição/Série 513

Participação social na gestão de espaços urbanos para o turismo: uma análise da região da Praia Grande – São Luís

Vanderley Rabelo de Jesus¹

Conceição de Maria Belfort de Carvalho²



RESUMO

O turismo enquanto fenômeno econômico e social potencializa o desenvolvimento local, promovendo uma série de alterações nos espaços urbanos da cidade de São Luís-MA, com ênfase naqueles da região da Praia Grande, onde também estão concentrados grande parte dos espaços históricos e turísticos da cidade. Esta pesquisa objetiva estudar a participação social na gestão desses espaços por meio da análise da estrutura dos projetos de lazer e turismo Pôr do Sol no Palácio e Quarta do Tambor, realizados no Palácio dos Leões e na Casa do Tambor de Crioula, respectivamente. Estes projetos possibilitam um maior acesso da população às manifestações culturais, evidenciado a preocupação latente do Poder Público em desenvolver alternativas de lazer e turismo à moradores e turistas. Entretanto, a participação dos moradores locais ainda acontece de forma limitada, compreendendo apenas a participação passiva como espectadores. Em nenhuma de suas fases os gestores apresentam mecanismos de participação social no planejamento e gestão desses projetos, comprometendo a democratização ampla e horizontal da gestão dos espaços da cidade.

Palavras-chave: Participação Social. Gestão. Espaço Urbano. Turismo. Praia Grande-São Luís.

1 Mestre em Cultura e Sociedade (PGCult/UFMA). Pós-graduando em Metodologia do Ensino Superior (CEMES/UFMA). Turismólogo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC – PGCult/UFMA). E-mail: vanderleydejesus21@gmail.

2 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa - UNESP. Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria (DETUH/UFMA) e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult/UFMA). Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC – PGCult/UFMA). E-mail: cbelfort@globo.com.

ABSTRACT

Tourism as an economic and social phenomenon enhances local development, promoting a series of changes in the urban spaces of the city of São Luís-MA, with an emphasis on those in the Praia Grande region, where most of the city's historic and tourist spaces are also concentrated. This research aims to study the social participation in the management of these spaces through the analysis of the structure of the leisure and tourism projects Pôr do Sol at the Palácio and Quarta do Tambor, carried out at the Palácio dos Leões and at Casa do Tambor de Crioula, respectively. These projects allow a greater access of the population to cultural manifestations, evidencing the latent concern of the Public Power in developing leisure and tourism alternatives for residents and tourists. However, the participation of local residents still happens to a limited extent, comprising only passive participation as viewers. In none of its phases do managers have mechanisms for social participation in the planning and management of these projects, compromising the broad and horizontal democratization of the management of city spaces.

Keywords: Social Participation. Management. Urban Space. Tourism. Praia Grande-São Luís.

INTRODUÇÃO

A participação popular ganha cada vez mais protagonismo nos debates que se referem à concepção, planejamento e execução de políticas públicas em espaços urbanos, pois todas as decisões do poder público para o desenvolvimento urbano carecem apresentar mecanismos para a participação social. Estes instrumentos precisam adotar a configuração de elementos amplamente democratizantes, no qual a presença da população ultrapasse as limitações de participação por representação e consiga fornecer a possibilidade de deliberação, proposição e gestão direta dessas políticas pela comunidade.

Nesse cenário, mais do que consumidores, os sujeitos sociais também devem ser pensados, horizontalmente, enquanto produtores das políticas públicas. Para que se consolide uma nova dimensão da democratização da gestão de espaços urbanos, o trabalho de integralização do Poder Público e Sociedade Civil deve ser encarado como movimento chave para o desenvolvimento urbano, principalmente quando os projetos pensados estiverem relacionados à atividade turística, visto que, trata-se de um fenômeno consumidor do espaço.

Portanto, uma vez que se proponha criar projetos de lazer e turismo para serem implementados em áreas urbanas, torna-se necessário um detalhado planejamento que envolva o máximo de agentes interessados neste processo, e que esteja devidamente articulado com a gestão urbana, pois, de forma rápida ou progressiva, o turismo irá alterar não apenas as estruturas urbanas físicas, mas também a vida e o cotidiano de todos que pertencem à região. Partindo dessa problemática, objetivou-se articular o debate da participação social e a gestão de espaços urbanos, por meio da verificação da participação social nas etapas de planejamento e gestão de projetos geridos pelo Poder Público, os quais visam promover atividades de turismo e lazer em espaços públicos situados na região da Praia Grande, localizada na área histórico-central de São Luís do Maranhão.

O primeiro projeto selecionado para a pesquisa foi o Quarta do Tambor, realizado na Casa do Tambor de Crioula, localizada na Rua da Estrela, Centro Histórico de São Luís. O projeto apresenta-se como um importante evento com objetivos culturais e turísticos da cidade, promovendo e difundindo, por meio de apresentações e oficinas, o Tambor de Crioula. O segundo projeto foi o Pôr do Sol no Palácio, realizado no Largo do Palácio, em frente à Sede do Governo Estadual, construção histórica denominada Palácio dos Leões. Este articula apresentações de música instrumental à apreciação da paisagem natural e dos monumentos históricos do entorno. Ambos os espaços se situam em áreas estratégicas da região da Praia Grande, onde também se concentram grande parte do acervo histórico e arquitetônico ludovicence.

A análise da participação social no planejamento e gestão desses projetos possibilitou a obtenção de uma visão mais clara dos mecanismos de democratização do acesso às intervenções públicas nos espaços urbanos da região da Praia Grande, que por sua vez, abre discussões sobre a importância da inserção comunitária na proposição e gestão de políticas públicas urbanas, notadamente naquelas que se referem às atividades de lazer e turismo, tendo em vista seu alto poder de transformação da realidade física e social de cidades enquanto destinos turísticos.

REGIÃO DA PRAIA GRANDE - SÃO LUÍS E A TURISTIFICAÇÃO

A região da Praia Grande está situada em uma área central de São Luís e compreende um sítio urbano representativo da cidade, uma vez que comporta quantidade significativa do patrimônio histórico e, de forma consequente, maior número de realizações de projetos e atividades de turismo e lazer, bem como movimentação considerável de turistas, visitantes e moradores locais em seus espaços. Esta região que se conhece popularmente por Praia Grande constitui o território de São Luís onde foi fundada uma fortificação no século XVII pelo capitão Daniel de La Touche e seu auxiliar François de Rasily. Para homenagear o Rei da França, Luís XIII, foi denominado Forte São Luís e este daria orientação para a formação da cidade (CORRÊA, 2003).

Desde sua criação e estruturação inicial, a região da Praia Grande sempre deteve relevância para a configuração da cidade. Isto porque, devido estar localizada em uma área estratégica com predominância de atividades portuárias e comerciais na sua parte mais baixa e na sua parte alta a presença das instituições de poder, a região tornou-se símbolo do processo de desenvolvimento econômico, político e cultural de São Luís do Maranhão.

Silva (2009), ressalta a importância da criação da Companhia do Comércio Maranhão e Grão-Pará em 1755, a qual possibilitou um fortalecimento da economia por meio da lavoura mercantil, que por sua vez, permitiu a constituição da região da Praia Grande. Pressupõe-se, assim, que o crescimento particular da economia maranhense nesse período permitiu o desenvolvimento e urbanização da cidade. Isto porque, com um cenário econômico fortalecido, tornou-se mais viável, materialmente, o processo de edificação da cidade nas dimensões arquitetônicas as quais, até o século atual, ainda se consegue verificar.

Por força de diferentes vicissitudes históricas a capital maranhense preservou no tempo um acervo magnífico de mais de 3.000 prédios históricos, referentes ao período colonial, com exemplares arquitetônicos que datam dos séculos XVIII e XIX, além de uma cultura popular viva e repleta de originalidades. (CORRÊA, 2003, p. 24).

Em vista disso, a região da Praia Grande, localizada na parte mais conhecida do Centro Histórico de São Luís, não tardou a apresentar as primeiras potencialidades para a implementação de programas e projetos que visassem a transformação deste território em espaço de lazer e turismo, alcançando ao longo do tempo a representatividade histórico-cultural que hoje a caracteriza, abrindo, em diversos sentidos, inúmeros questionamentos quanto o seu processo de planejamento e gestão.

Em 1997, São Luís-MA recebe o título de Patrimônio Mundial da UNESCO, o que, sem dúvidas, acelerou a entrada de atividades de lazer e turismo no seu Centro Histórico, desencadeando um movimento de promoção do turismo na região em um momento que não se poderia avaliar as consequências econômicas e socioculturais que esse fenômeno poderia causar (CORRÊA, 2003).

A progressiva inserção do turismo em regiões como a Praia Grande traz o remanejamento da população local residente das áreas de interesse turístico, bem como a cenarização do patrimônio histórico-arquitetônico. Isso acarreta transformações na sociabilidade dos moradores em relação a presença de turistas em sua cidade (SOTRATTI, 2010). Desta forma, como afirma Choay (2001, p. 211), “os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos”.

Os projetos de lazer e turismo nos espaços da região da Praia Grande se tornaram cada vez mais proeminentes, haja vista que, devido a presença de um patrimônio histórico tão valioso culturalmente, o território se tornou uma localização estratégica para a realização de atividades diversas. Isto gera um novo cenário no qual é imprescindível um remodelamento do planejamento turístico na região. De acordo com Marques (2013), é fundamental a existência de grupos de gestores voltados especificamente para o planejamento turístico, pensando e executando iniciativas ligadas ao setor de turismo e lazer. De acordo com a autora, é preciso haver também uma integração entre os mais diversos setores e a tomada de decisões deve convergir para um mesmo objetivo (MARQUES, 2013).

No entanto, embora exista uma forte presença de moradores locais na região, os mecanismos de gestão desses espaços ainda não demonstram princípios de democratização nos quais a comunidade local seja inserida não apenas como consumidora, mas também ocupe o espaço de produtora e gestora desses projetos de lazer e turismo.

Um dos entraves encontrados na inserção da comunidade local na gestão das políticas públicas de turismo é a falta de capacitação técnica desses indivíduos, o que dificulta a sua atuação de forma profissional e especializada na gestão dos projetos. Todavia, com utilização de programas de capacitação e qualificação, o Poder Público interessado nesta articulação poderia reverter este cenário. Segundo Requixa (1980), as diretrizes gerais de uma política de lazer não devem se limitar a uma política de atividades, elas devem contemplar elementos relativos à formação e capacitação de pessoas que atuam nos espaços e equipamentos.

De acordo com o mesmo autor, os administradores públicos precisam se preocupar não apenas com o planejamento e a criação de eventos de lazer e animadores socioculturais, mas também com propostas de capacitação e fortalecimento da responsabilidade da população com os equipamentos de lazer e animação cultural da sua cidade (REQUIXA, 1980).

No esforço de democratizar a gestão dos projetos realizados nos espaços da região da Praia Grande, as iniciativas de requalificação dos espaços da cidade para a implementação de atividades de lazer e turismo, de acordo com Tuan (2012), não podem deixar de considerar a completude da verdade do cenário urbano, tentando excluir as comunidades locais desse processo e preocupando-se apenas em construir imagens favoráveis para funcionalizar a estrutura da cidade. Assim, em um movimento de democratização das políticas urbanas, o poder público precisa desenvolver meios de harmonizar os interesses capitalistas dos seus programas e projetos com os interesses sociais locais, vinculando suas iniciativas às necessidades dos sujeitos sociais, especialmente aquelas que tratem da ocupação dos espaços da cidade.

GESTÃO DEMOCRÁTICA DE ESPAÇOS URBANOS E O TURISMO

As políticas públicas de turismo referem-se a um conjunto de objetivos, diretrizes, regras, regulamentações e estratégias de desenvolvimento e promoção que embasam uma estrutura sólida para a tomada de decisões individuais e coletivas, que influenciam diretamente o andamento da atividade turística e suas complementares dentro de uma destinação (GOELDNER, RITCHIE, McINTOSH, 2002). Em um consenso geral, essas políticas devem considerar os objetivos de desenvolvimento, sem deixar de lado as preocupações com o bem-estar coletivo.

Todavia, concernente ao atual cenário capitalista, a criação de políticas públicas urbanas oscila entre os interesses de particulares e a função social da gestão de espaços urbanos, e, embora a produção de atividades de turismo tenha em sua origem uma forte ligação com o conteúdo social onde é feita, esta, quando realizada em espaços urbanos, adquire elementos muito fortes da economia de mercado. Assim, em uma fase avançada do capitalismo, “a cidade sofre efeitos da reestruturação produtiva decorrente dos processos de mundialização do capital” (RAMOS, 2002, p.134).

Desta forma, uma das principais características das políticas implementadas nos espaços urbanos é sua objetividade quanto à estrutura de seu planejamento e gestão, apresentando poucos mecanismos de participação social e quando existentes, em sua maioria, referem-se apenas à modelos participativos por representação, com pouco ou nenhum espaço para participação nas tomadas de decisões reais necessárias para a implementação dessas políticas. As transformações e revitalizações em áreas comuns, por meio da higienização e embelezamento, tendem a acentuar a privatização do patrimônio urbano, que dentro de uma perspectiva capitalista, eleva os preços dos produtos e concentra grande quantidade de atividades culturais, limitando, na maioria das vezes, o acesso da comunidade aos benefícios desse processo de intercâmbio cultural (SILVA, 2004; BARBOSA, 2001).

Este processo de gestão vertical de espaços urbanos distancia a possibilidade de produção de projetos de lazer e turismo que se articulem, desde as suas proposições, com os intentos dos moradores locais, na qual seja ressaltada, de forma constante, a importância da democratização da gestão urbana para que os processos urbanos não percam, progressivamente, a sua função social e tornem-se eles próprios mecanismos de reprodução de objetivos capitalistas e mercadológicos.

Por isso, a participação popular deve ser reconhecida como elemento que traz legitimidade social para as propostas de intervenções a serem realizadas nos espaços da região da Praia Grande, haja vista que, o desenvolvimento econômico por meio da atividade turística, que também compreenda elementos de transformação do cenário social, apenas será alcançado com o movimento de integração dos moradores locais, não somente como consumidores, mas como produtores e gestores dos projetos de lazer e turismo desenvolvidos pelo Poder Público na região.

Hall (2001, p. 92) ressalta que:

A participação é uma questão importante do planejamento turístico. Ela e o preparo das comunidades para administrar o turismo, porém, são produtos dos arranjos institucionais, dos indivíduos, das estruturas de poder, dos interesses e valores que afetam o processo de tomada de decisão em diferentes escalas. Além disso, é produto de um conjunto de relacionamentos que se desenvolvem entre os envolvidos no planejamento turístico e no processo político. A participação é, portanto, o relacionamento existente dentro do sistema turístico.

Sendo assim, pode-se ressaltar a importância da democratização da gestão dos espaços que são utilizados como local para realização de atividades de turismo e lazer, onde os nativos estejam em contato sinérgico com os visitantes, uma vez que, de acordo com Dencker (2003), a base do turismo está na recepção, na hospitalidade oferecida e na troca entre as populações visitadas e turistas. O autor coloca que “relações conflituosas resultantes da falta de equidade na distribuição dos benefícios do turismo podem levar à destruição dessa base, comprometendo a atividade como um todo” (DENCKER, 2003, p.110).

Ainda que exista uma predominância de elementos da economia de mercado nas proposições de programas e projetos para os espaços da região da Praia Grande, os quais verticalizam a forma de gestão, existe muitos movimentos que buscam a democratização de iniciativas de intervenções nesses espaços, que visam, majoritariamente, ampliar o acesso à atividades de lazer, cultura e turismo das camadas populares da cidade.

No entanto, na maioria da vezes, essa democratização se limita ao ato de ampliar o acesso dos sujeitos sociais como público da realização dos projetos coordenados integralmente pelo Poder Público e suas parcerias também ligadas a órgãos do governo, não possibilitando, assim, que esses indivíduos se integrem enquanto propositores, produtores, gestores, ou seja, criadores dessas propostas de intervenção no espaço urbano, deixando de articular-se de forma mais profunda com esses sujeitos sociais.

Por isso, com o intuito de analisar como se apresenta a participação social nas políticas desenvolvidas pelo Poder Público em espaços urbanos de São Luís, a pesquisa debruça-se na investigação da forma de concepção e gestão de projetos realizados na região da Praia Grande, buscando verificar não apenas os mecanismos de inserção da população local, mas a legitimidade desses mecanismos, baseada na identificação da amplitude dessa participação.

Na região da Praia Grande existem diversas manifestações e intervenções acontecendo a todo momento, dentre estas, alguns projetos coordenados pela Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA), como é o caso do Projeto Quarta do Tambor de Crioula, realizado na Rua da Estrela, em frente à Casa do Tambor de Crioula do Maranhão, que pode ser observado na Figura 01. O projeto concentra suas atividades em um conjunto de apresentação de Tambor Crioula, manifestação típica maranhense, podendo ser coletivos de manifestação inspirada na cultura africana com elementos particulares da identidade e modo de fazer maranhense (MARANHÃO, 2019).

Figura 1: Projeto Quarta do Tambor na Casa do Tambor de Crioula



Fonte: Autores (2019).

Além dessas apresentações, o projeto conta com oficinas culturais, organizadas pela coordenação da Casa do Tambor de Crioula. Uma particularidade do projeto é a possibilidade de interação não apenas nas oficinas, mas com a própria apresentação, cantando, dançando

e fazendo parte de forma mais estreita. Já o Projeto Pôr do Sol no Palácio é realizado na Avenida Dom Pedro II, em frente ao Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado, como mostra a figura 02.

Figura 2: Projeto Pôr do Sol no Palácio no Palácio dos Leões



Fonte: Autores (2019).

O Projeto Pôr do Sol no Palácio tem um caráter mais apreciativo, não possibilitando maiores interações dos moradores e turistas presentes, estes fazem parte do projeto apenas como espectadores passivos. O projeto caracteriza-se pela cantoria de músicas instrumentais em frente à sede do Governo, enquanto o público aprecia o Pôr do Sol e a vista da Baía de São Marcos. Em ambos os projetos as suas estruturas de implementação demonstram mecanismos de participação muito frágeis, sem nenhum poder de decisão atribuído à comunidade local, sem articulação com organizações e entidades sociais, transformando os moradores locais em “turistas nativos”, ou seja, estes se fazem presentes apenas como público alvo.

Percebe-se que os espaços onde comumente são realizados os projetos do Poder Público representam sítios urbanos do Centro Histórico que contêm relevante representatividade, não apenas pelo seu valor histórico e arquitetônico, mas também pela localização estratégica para diversos pontos da cidade, bem como sua proximidade do famoso porto da Praia Grande e significativa presença de atividades culturais e de lazer.

Por isso, espera-se que exista uma sólida integração desses projetos com as necessidades sociais e identitárias dos moradores locais, permitindo que estes criem, organizem e gerenciem as intervenções realizadas nos espaços da própria cidade. De acordo com Marques (2013), o Poder Público deve desenvolver políticas públicas específicas voltadas para a harmonização dos interesses, organização de investimentos, o planejamento e a execução de projetos no setor de turismo, mas sempre com a prerrogativa de trazer benefícios para todos os setores da sociedade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma pesquisa com abordagem qualitativa. De acordo com seus procedimentos técnicos, a pesquisa detém uma etapa na qual utiliza de fontes documentais, visto que, são

levantados documentos e outros arquivos públicos para análise, mas classifica-se como um estudo de caso, pois este objetiva explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos, formular hipóteses, desenvolver teorias e explicar variáveis causais de determinados fenômenos em situações muito complexas que não são facilmente descritas por levantamentos e experimentos (GIL, 2002).

Tem como recorte espacial a região da Praia Grande, na qual se concentra boa parte dos espaços que formam o Centro Histórico de São Luís e, devido seu forte apelo histórico e cultural, há grande fluxo de turistas e visitantes, bem como intensa presença de moradores locais. A seleção dos espaços para a pesquisa obedeceu a verificação e escolha preliminar de projetos de lazer e turismo gerenciados pelo Poder Público, nos quais houvesse a utilização de espaços públicos da região em estudo. Assim, foram selecionados a Casa do Tambor de Crioula localizada na rua da Estrela e o Largo do Palácio dos Leões localizado na avenida Dom Pedro II, onde ocorre o Projeto Quarta do Tambor e o Projeto Pôr do Sol no Palácio, respectivamente, ambos coordenados pela Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão e situados dentro dos limites da região da Praia Grande.

O estudo buscou abordar os moradores locais presentes durante a realização dos projetos e também um representante da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA), responsável pelo gerenciamento desses projetos de lazer e turismo direcionados para espaços da região da Praia Grande e que foram selecionados como objetos de estudo para a pesquisa.

Sendo de natureza exploratória, os procedimentos metodológicos se concentram na coleta de dados secundários e dados primários. Em uma fase documental da pesquisa levantou-se arquivos e documentos que portem conteúdos referentes aos projetos de lazer e turismo propostos pelo Poder Público a serem realizados em espaços da região da Praia Grande, onde se pudesse verificar a existência de mecanismos de inserção da participação social nas fases de planejamento, gestão e avaliação desses instrumentos.

Na fase de coleta de dados primários, utilizou-se questionários estruturados com 76 (setenta e seis) moradores locais presentes durante a realização dos projetos Quarta do Tambor e Pôr do Sol no Palácio, bem como entrevista semiestruturada com a Coordenadora da Unidade Gestora de Ação e Difusão Cultural da Secretaria de Cultura do Maranhão (SECMA), com foco na aquisição das percepções dos agentes locais – moradores e gestores – sobre os projetos trabalhados, para, assim, compreender-se como é colocada a participação social no processo de democratização da gestão de projetos de lazer e turismo realizados nesses espaços urbanos da região da Praia Grande em São Luís do Maranhão. Após a coleta, fez-se, computacionalmente, a tabulação e apresentação dos dados, na qual estes foram selecionados, organizados, verificados e categorizados para posterior interpretação e análise, sendo estas últimas feita de forma qualitativa, utilizando método dialético para estruturar os resultados discutidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A participação social na gestão dos espaços urbanos da região selecionada para a pesquisa demonstra ser ainda muito limitada, havendo algumas iniciativas recentes relacionadas à criação de projetos que envolvem a população em atividades de turismo e lazer na região da Praia Grande em São Luís-MA. Os Projetos Quarta do Tambor e Pôr do Sol no

Palácio, promovidos pelo Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA), são iniciativas tímidas que buscam envolver de alguma forma a população local nas políticas de intervenções urbanas locais, sem muito impacto positivo na democratização da gestão dos espaços urbanos da cidade.

De acordo com a Coordenadora da Unidade Gestora de Ação e Difusão Cultural da Secretaria de Cultura do Maranhão (SECMA), durante a realização dos projetos, o Poder Público ocupa-se de todas as suas dimensões de planejamento e gestão, estando a comunidade local presente somente como espectadora ou como manifestante dos eventos culturais realizados por meio desses projetos nos espaços supracitados.

Quem executa é UGADC, Unidade Gestora de Ação e Difusão Cultural, que organiza, chama o fornecedor, acompanha a montagem, chama os grupos, convoca os grupos, liga, acompanha a execução como um todo, a parte de segurança, a parte de estrutura, a parte de programação, a gente que organiza [...]. Temos parceria com a SMTT, Blitz urbana [...] e a polícia militar, através da BPTUR, que é o batalhão da polícia de turismo lá do Centro Histórico (Gestora SECMA, entrevista, 2019).

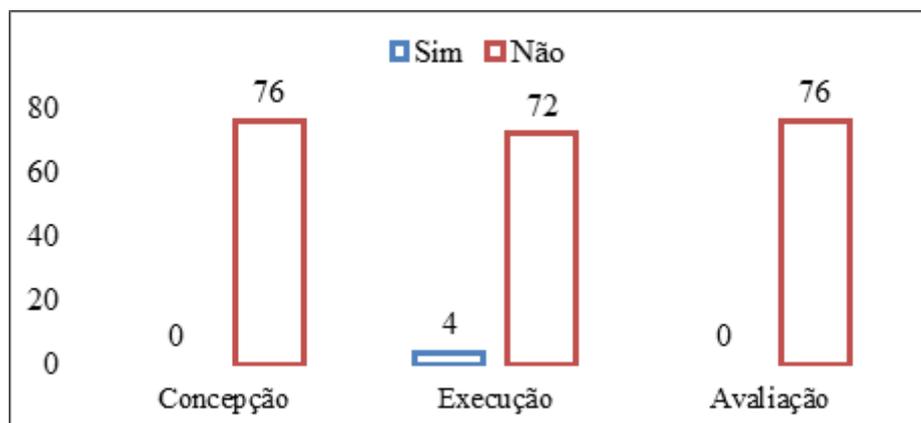
Já durante a concepção e planejamento dos projetos não houve integração com outros setores da sociedade, havendo apenas uma parceria com o Conselho Estadual de Cultura, que participa do planejamento dos projetos de forma consultiva, ou seja, de acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, esse tipo de participação não tem poder de decisão vinculante sobre as políticas tratadas, apenas de consulta (IPEA, 2010).

Assim, embora esses projetos de turismo e lazer funcionem como uma ferramenta de democratização da cultura local, possibilitando maior acesso dos moradores, turistas e visitantes aos espaços da região da Praia Grande, bem como às manifestações e difusão da cultura presentes no local, estes não apresentam mecanismos de inserção da comunidade local enquanto produtora e gestora das intervenções urbanas representadas por esses projetos.

Todavia, não se pode determinar as razões exatas pela qual a participação social no planejamento e gestão desses projetos que ocupam esses espaços urbanos não demonstra princípios democratizantes que busquem ultrapassar apenas a ampliação do acesso como espectadores e, mesmo que de forma lenta, permita que esses indivíduos alcance lugares de protagonistas na produção e gerenciamento de atividades de turismo e lazer na região.

Dos 76 moradores locais entrevistados, quando questionados sobre a participação em algumas das etapas de construção e gestão dos projetos, seja na concepção, execução ou avaliação, quase a totalidade dos moradores que responderam a entrevista afirmaram que não fizeram parte de nenhuma das etapas de planejamento e gestão dos projetos, como está exposto no Gráfico 01, exceto como espectadores durante a sua realização nos espaços da Praia Grande em São Luís.

Gráfico 1: Participação social em etapas de planejamento e gestão dos projetos Quarta do Tambor e Pôr do Sol no Palácio



Fonte: Autores (2019).

Neste universo de amostra, apenas 04 (quatro) pessoas afirmaram ter participado de etapas de gestão dos projetos, entretanto, esta participação esteve coordenada pela SECMA e se restringiu apenas à etapa de realização em si dos projetos, referentes às atividades operacionais e de apoio, o que não se poderia chamar de participação social, devido a estrutura limitante dessas contribuições. Assim, verifica-se que as atividades necessárias para a realização dos projetos Quarta do Tambor e Pôr do Sol no Palácio, desde o seu planejamento até a etapa de avaliação são desenvolvidas pelo Poder Público, especificamente pelo corpo de funcionários da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão.

Este predomínio da atuação do Poder Público na gestão das políticas públicas demonstra um dos primeiros estágios da inexistência da participação social, onde as experiências sociais dos moradores são desconsideradas nas tomadas de decisões referentes à administração pública. Entretanto, como afirma Souza (2004, p. 34), os administradores especialistas que trabalham no planejamento urbano não podem “substituir a experiência, os sentimentos e as aspirações dos homens e das mulheres que vivem nos lugares e são usuários dos espaços que serão, eventualmente, objeto de alguma intervenção”, mas deveriam trabalhar como orientadores da sociedade civil, colocando seus conhecimentos a disposição da comunidade local, mas não decidindo sobre as direções dessas políticas.

Nogueira (2005), coloca que havia uma concepção de que processos participativos não colaboravam para o crescimento econômico, pois dificultavam a tomada rápida de decisões, e esta foi, pouco a pouco, substituída pelo reconhecimento de que a participação tem um valor em si, e, além disso, é potencialmente relevante no fornecimento de sustentabilidade às políticas públicas e ao próprio desenvolvimento econômico e social.

Evidencia-se também a responsabilidade da Sociedade Civil em buscar por alterações na forma de gestão desses projetos, o que não acontece devido os moradores locais permanecerem em uma situação de conformidade e passividade diante da atuação do Poder Público. Questionados sobre as alternativas prospectadas para a participação social nos projetos Quarta do Tambor e Pôr do Sol no Palácio, a maioria dos moradores locais limitaram-se em situar-se em funções mais modestas, relacionadas em sua maioria na tarefa de divulgação de informações sobre o projeto para seus bairros, familiares e amigos.

ENTREVISTADOS	BAIRRO	EXPRESSÕES
Morador 01	Turu	“Eu acho que a melhor forma da gente contribuir é realmente trabalhando na divulgação, propagando essa informação e participando. Convidando as pessoas para vir também [...] a melhor forma de contribuir é divulgar.”
Morador 02	Forquilha	“Participação. Podendo tá divulgando para outras pessoas, para os familiares, trazendo os amigos, pessoas de fora que eu possa estar mostrando o projeto.”
Morador 03	Centro Histórico	“Divulgando para a própria comunidade participar. Porque as pessoas que moram aqui não participam.”
Morador 04	Aurora	“Divulgando. Nem todo mundo tem o conhecimento que acontece. A divulgação permite que as pessoas se interessem para a propagação da cultura.”
Morador 05	Bequimão	“Eu acredito que a forma de planejar deveria ter um espaço aberto ou na rede, na internet ou nas redes sociais para a gente dá sugestões ou fazer elogios ou críticas. E partir daí quanto mais frequentarmos mais estamos apoiando o projeto.”
Morador 06	Cidade Operária	Como cidadão [...] eu poderia contribuir é como eu já contribuo. É vindo, é assistindo, participando, comunicando os amigos para vir participar, porque vale muito a pena. Eu gostaria que a nossa Secretaria de Cultura, junto com o Governo do Estado e Prefeitura, promovesse mais eventos como esse não só no Centro Histórico, mas que levasse esse tipo de projeto para os bairros [...] para fazer a divulgação da cultura de um modo geral. Juntava todos os grupos para fazerem em cada bairro um evento social como esse, seria muito importante para a divulgação da nossa cultura.”

Fonte: Autores (2019).

Este comportamento passivo dos moradores locais reflete a falta de articulação da Sociedade Civil entre seus pares e, de forma consequente, com o Poder Público. Embora a divulgação desses projetos seja uma tarefa importante, esta não representa um grande passo na abertura dos processos de gestão do Poder Público para a população local. Este cenário evidencia a fragilidade dos mecanismos democratizantes da gestão desses projetos e a ineficácia da integração com a Sociedade Civil, pois o objetivo seminal da inclusão social seria a recepção desses indivíduos para além das suas necessidades como assistidos pelas políticas públicas, mas também como sujeitos aptos para fazer parte das decisões e estruturação de programas e projetos (BAVA, 2004).

Os moradores locais acabam por não desenvolver espaços mais amplos de atuação efetiva na gestão pública, deixando de buscar meios de se organizar para fortalecer sua cidadania e algum nível de autonomia. Souza (2004), coloca que é imprescindível que a sociedade civil participe diretamente da construção de propostas, políticas e projetos, harmonizando essa atuação com a sua heterogeneidade e interesses diversos, muitas vezes, conflitantes.

[...] a sociedade civil deve se organizar, de maneira autônoma e independente do Estado, para criar e realizar ações e projetos; estabelecer parcerias que fortalecem esse tipo de atividade; elaborar e propor ações, projetos e políticas públicas; fiscalizar e exigir do Estado o cumprimento das leis (SOUZA, 2004, p. 71).

Ademais, os espaços selecionados para a realização dos projetos manifestam uma sólida interação entre turistas e moradores locais e, portanto, devem ser pensados em trabalho integrado da comunidade local e Poder Público. Isso porque a produção e gestão do espaço “[...] é decorrente da ação de agentes sociais efetivos, com papéis diversificados, portadores de interesses, contradições, práticas espaciais comuns ou específicas ocorridas em diferentes escalas.” (MODESTO, 2014, p. 69). Esses resultados demonstram, ainda que de forma representativa, que é necessária uma maior atenção do Poder Público em relação a inserção dos sujeitos sociais no planejamento e gestão das políticas públicas realizadas no município.

Um dos primeiros movimentos para o alcance da participação social na gestão desses projetos desenvolvidos na região da Praia Grande é a criação de canais de comunicação mais eficazes com a população, informando-os de forma mais eficiente e aproximando-os da concepção, planejamento e operação dessas políticas. A “gestão baseada em informações é requisito imprescindível à qualidade do processo decisório e parte natural de qualquer sistema efetivo de monitoramento e avaliação” (LIMA, 2007, p. 77).

Além disso, o Poder Público precisa desenvolver espaços de cooperação com a comunidade, notadamente no que se refere ao gerenciamento de atividades de turismo e lazer que são experienciadas paralelamente por turistas e moradores locais. Isto fortaleceria a hospitalidade e tornaria a população um elemento multiplicador dos impactos trazidos pela promoção desses projetos, pois como afirma Yázigí (2003), a cidade planejada para e com os moradores locais, percebendo e correspondendo as necessidades da população, e tornando a cidade agradável para os seus habitantes, conseqüentemente, se tornará atraente para os turistas também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos de turismo e lazer realizados nos espaços da região da Praia Grande evidenciam uma tentativa necessária de ocupação dos espaços dessa região central da cidade de São Luís-MA, possibilitando a ampliação do acesso às manifestações culturais maranhenses aos visitantes, turistas e moradores locais. Dessa maneira, percebe-se que há uma preocupação necessária do Poder Público em fomentar a participação dos moradores locais na realização dos projetos de turismo e lazer que ocupam os espaços públicos dessa região, tendo estes como público alvo dos projetos desenvolvidos.

No entanto, esta participação ainda se estabelece em uma dimensão limitada, contemplando apenas mecanismos de facilitação do acesso às intervenções urbanas promovidas pelo Poder Público, não demonstrando, em nenhuma das fases, a participação ativa dos moradores locais enquanto promotores e gestores dessas atividades. Essa participação enquanto espectadores não fortalece a cidadania e a identidade social dos moradores locais, desfavorecendo o avanço da democratização da gestão da cidade e seus espaços públicos urbanos.

De acordo com Lima (2007), uma vez que exista uma participação insuficiente dos moradores locais, com pouco poder de controle nas questões referentes à gestão da cidade, constrói-se uma regularidade no comportamento centralizador do Poder Público quando se trata de

políticas públicas, que torna cada vez mais difícil reconfigurar devido a aceitação de forma passiva desse comportamento pela população. Assim, paralela ao desenvolvimento das atividades turísticas e de lazer na região da Praia Grande é construída uma cultura dominante na operação desses projetos, onde o Poder Público ocupa-se de todo seu planejamento e gestão.

As atividades de turismo e lazer inseridas na região da Praia Grande são constantemente compartilhadas entre turistas e moradores locais, estabelecendo uma interação entre eles que pode favorecer ou prejudicar a experiência que os projetos Quarta do Tambor e Pôr do Sol no Palácio podem proporcionar. A inserção da participação social no processo de planejamento e gestão dessas políticas incorpora a população local como parceiros multiplicadores da hospitalidade turística de São Luís do Maranhão, dando a estes indivíduos a responsabilidade e protagonismo necessário para se tornarem administradores da sua própria cidade. Isto beneficiaria a atuação do Poder Público, bem como a sua relação com a Sociedade Civil.

Portanto, mesmo que seja trabalhada aos poucos, a participação social é um elemento essencial para a democratização “horizontal” da gestão dos espaços da cidade, onde os moradores locais sejam inseridos e integrados ao processo de gestão das políticas de intervenção urbana. Para isso, é necessário que o Poder Público amplie os espaços de cooperação com a Sociedade Civil, particularmente em projetos que envolvam a atividade turística, uma vez que esta interfere na dinâmica social de toda a região onde se faz presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Y. *O despertar do turismo: uma visão crítica sobre os não-lugares*. São Paulo: Aleph, 2001.

BAVA, S. C. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

CHOAY, F. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. *Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais de São Paulo e São Luís*. São Luís: EDUFMA, 2003.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *A Abordagem Científica em Hospitalidade*. In: DENCKER, Ada de Freitas Maneti; BUENO, Marielys Siqueira. (Orgs.). *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, Colin Michael. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. Tradução de Edite Sciulli. São Paulo: Contexto, 2001.

IPEA. Instituições Participativas e Políticas Públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas. In: *Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2010. 210 p.

GOELDNER, C.R; RITCHIE, J.R.B; McINTOSH, R.W. *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. 8 ed. Trad. R.C. Costa. Porto Alegre: Bookman, 2002.

LIMA, P. D. B. *Excelência em gestão pública: a trajetória e a estratégia do gespública*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

MARANHÃO. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. *Casa do Tambor de Crioula do Maranhão*. São Luís, 2019. Disponível em: <http://www.sectur.ma.gov.br/casa-do-tambor-de-crioula-do-maranhao/#.XWnwcDZKhPY>. Acesso em: 30 ago. 2019.

MARANHÃO. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. *Edital de credenciamento nº 02/2019 – UGCAC/SECMA – Pôr do Sol no Palácio 2019*. São Luís: SECMA, 2019.

MARQUES, Caroline. Planejamento e políticas públicas para o turismo em Pernambuco, Brasil: reflexões acerca de sua evolução e consolidação. In: MARQUES, Carolina (Org.). *Turismo: múltiplos olhares, novos desafios*. Recife: Carpe Dien Edições e Produções, 2013.

MODESTO, N., S., D. *A “ausência assistida” do poder político na compreensão dos sentidos das ações dos sujeitos sociais na produção do espaço*. In: *Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço* / Catia Antonia da Silva, Andreilino Campos, Nilo Sérgio d’Avila Modesto. – Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

NOGUEIRA, M. A. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, M. H. R. Políticas urbanas, conselhos locais e segregação socioespacial. IN: *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. (org.) Maria Helena Rauta Ramos. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

REQUIXA, Renato. *Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: Editora Sesc, 1980.

SILVA, J. R. C. *A construção do patrimônio: a trajetória de preservação do acervo arquitetônico e paisagístico do centro histórico de São Luís*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

SILVA, M. da G. L. da. *Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer*. São Paulo: Aleph, 2004.

SOUZA, M. L. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. / Marcelo Lopes de Souza e Glauco Bruce Rodrigues. – São Paulo: UNESP, 2004.

SOTRATTI, M. A. A requalificação urbana e a mercantilização do patrimônio cultural: o caso do Centro Histórico de Salvador-Pelourinho. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2010. P. 139-155.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: EDUEL, 2012.

YÁZIGI, E. *Civilização urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer*. São Paulo: Contexto, 2003.